

INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICO, AUDITIVO E VISUAL NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO REGULAR: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA.

José Pedro da Rocha Junior¹

1. Especialista em Didática do Ensino Superior - MULTIVIX – São Mateus.

RESUMO

Constitui-se um estudo de abordagem qualitativa, por procurar encontrar respostas para o problema levantado acerca da necessidade da inclusão eletiva no espaço da escola regular, uma vez que, cada vez mais se faz comum a presença de indivíduos com alguma deficiência em escolas da rede pública de ensino. Mostra-se também de igual importância a análise de como vem ocorrendo este processo de inclusão na escola, e como se dá o processo de ensino e de aprendizagem. Para tal, foram traçados objetivos que respondessem tais questões. Inicialmente buscou-se conhecer os aspectos históricos da deficiência física, visual e auditiva, assim como a capacidade cognitiva e as possibilidades de aprendizagem de um indivíduo com deficiência, além de buscar apontar a importância da inclusão, através de fontes bibliográficas. Por fim, foi possível concluir que, ao desenvolver um trabalho adaptado as necessidades do indivíduo, é propício a ele desenvolver-se em todas as suas esferas.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Escola regular. Ensino. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A palavra inclusão nos remete aos verbos juntar, inserir, introduzir dentre outros que acabam construindo a falsa ideia que inclusão é apenas englobar alguém ao todo, misturá-lo ou algo desse tipo, no entanto, o real sentido de inclusão, principalmente, no espaço escolar é dar suporte físico e pedagógico para que o indivíduo que apresente alguma deficiência consiga não apenas ter o direito de frequentar o ambiente da escola regular, mas também, que esse possa desenvolver-se cognitivamente, socialmente e culturalmente. Para essa realização é necessário que haja um trabalho em equipe, para que todo o corpo escolar adapte sua ação profissional.

Inegavelmente, pode-se perceber que as escolas ditas regulares ultimamente vêm efetuando a matrícula de alunos com diversos tipos de deficiência, que até pouco tempo eram sujeitados a escolas especiais, APAES, e outros centros de educação especial. No entanto, muitos desses alunos que são inseridos no ensino regular, acabam não recebendo atenção devida nem ao menos uma adaptação curricular que os permita desfrutar de um processo de ensino-aprendizagem eficaz, ficando assim, subjugados a “viegas” e “guetos” da sala de aula.

O que por um lado pode ser considerada uma conquista, por outro é um impasse de sérias consequências, pois o simples fato de incluir um deficiente no espaço escolar regular, não caracteriza que este receberá um ensino adaptado as suas necessidades, por diversos motivos, sejam eles despreparo e formação dos professores, metodologias e recursos específicos, acompanhamento por bi docentes, aceitação e preconceitos que ainda hoje permeiam a mentalidade humana.

Em virtude do tema escolhido, esse artigo delimita-se a investigar a importância da inclusão em seu sentido mais amplo, para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com

alguma deficiência física, no espaço da escola regular, mais especificamente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, assim como também apontar como está ocorrendo o processo de inclusão nas escolas da rede pública de ensino do país. Utilizando-se para isso, dados coletados por pesquisadores da área e referências bibliográficas de estudiosos da educação e da medicina.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: Qual a importância da inclusão para a formação do deficiente físico, como está ocorrendo o processo de inclusão deste na escola regular, e se, estes possuem as mesmas capacidades de aprendizagem que um indivíduo não deficiente?

Assim sendo, surge como objetivo analisar o processo de inclusão escolar, ocorrido nas escolas regulares da rede pública do Brasil, assim como também, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos deficientes físicos quando expostos a um processo de ensino inclusivo, a partir de análise bibliográfica.

Diante dessas alíneas supõe-se que os alunos que apresentam deficiências físicas possuem as mesmas capacidades de se desenvolverem em seus aspectos cognitivos, afetivos e sociais, que um aluno não deficiente. No entanto, nota-se que a inclusão desse público na escola regular acontece na maioria das vezes apenas de forma essencial, não permitindo a estes desenvolverem de fato suas capacidades por diversos motivos. Assim sendo, é necessário que o ambiente escolar possa não só abrir espaço para a inclusão essencial destes indivíduos, mas também os inclua de forma efetiva propiciando meios de adaptação física e pedagógica, que venha culminar em um processo de ensino e aprendizagem igualitário para todos.

A escolha pela pesquisa de natureza qualitativa se justifica pelo propósito de querer analisar as possíveis contribuições da inclusão para o processo de aprendizagem dos deficientes físicos, assim como a maneira que está ocorrendo o processo de inclusão nas escolas regulares. E também revelar áreas de consenso seja elas positivas ou negativas em relação aos padrões de resposta, devido à utilização do meio natural como coleta de dados comprobatórios. Sendo assim, caracteriza-se como qualitativa toda pesquisa que se baseia em dados de um determinado ambiente natural coletada por um pesquisador.

Desse modo quanto aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como bibliográfica, buscando oferecer uma estrutura que proporcione maiores informações sobre o assunto. Em relação à pesquisa bibliográfica, Cerro, Bervian e Da Silva (2007, p.60) afirmam que “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. [...]. Busca-se conhecer e analisar as atribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”.

OS DEFICIENTES E A HISTÓRIA

Historicamente a existência das pessoas que apresentam alguma deficiência física é marcada por discriminações, fruto de uma ideologia dominante na civilização humana desde seus primórdios, que acabou atribuindo à pessoa deficiente certo estado de inutilidade,

inferioridade, incapacidades e em muitas sociedades antigas o “título” de pecador. Podem-se perceber tais aspectos, por exemplo, ao observarmos a cultura hebraica que impedia os deficientes físicos de exercer o serviço do altar sagrado.

De acordo com o livro do Levítico 21, 18 – 20: “Nenhum homem com defeito poderá aproximar-se para ministrar, seja cego, coxo, desfigurado ou deformado, tenha pé ou mão quebrados, seja corcunda, anão, vesgo, tenha sarna, eczema ou testículo esmagado”.

Essa passagem é apenas um reflexo do contexto que permeou a vida dos deficientes físicos durante a idade antiga e idade média, um momento histórico marcado pela exclusão de pessoas tidas como anormais em relação ao resto da população, e em muitos casos até sacrifício destes acabaram ocorrendo com bastante frequência e naturalidade em diversas culturas, como a espartana.

A partir do trabalho de Silva (1987), em seu livro “A Epopeia Ignorada”, podemos perceber como eram tratados os deficientes na antiguidade. Relatos históricos apontam, por exemplo, que em sociedades como a romana e a espartana, o nível de preconceito e rejeição eram grandes, tantos os mais ricos, quanto os mais pobres possuíam o direito de assassinar seus filhos, quando estes nasciam com alguma deficiência física ou intelectual. A sociedade espartana famosa por pregar o ideal de corpo perfeito, também permitia o assassinato tanto de crianças, quando de adultos que nasceram com deficiência ou vieram obtê-las por algum problema já em idade adulta, estes eram mortos de forma extremamente violenta, jogados de penhascos ou lançados ao mar para morrerem afogados.

É perceptível que a ignorância da população em diferentes momentos da história, permitiu que ainda hoje na sociedade moderna e global, fosse perpetuado o enraizamento de ideologias errôneas acerca das capacidades dos deficientes, excluindo a ideia, ou o simples fato que muitos deficientes conseguem ter uma vida saudável, ativa e autônoma, assim como qualquer outro indivíduo.

Nota-se que desde sua origem, a espécie humana é acometida por diversos problemas, sejam eles, ataque de animais que muitas vezes levava o homem a morte, ou a perder um de seus membros; doenças graves, que acabava ocasionando sérios danos à saúde do ser humano e aos seus aspectos físicos; e também a má formação genética, que resultava no nascimento de crianças com alguma anomalia ou com má formação de seu corpo físico. Embora estes acontecimentos, possam ser classificados como corriqueiros dentro de uma sociedade, o homem optou por excluir certos indivíduos. Talvez este processo de exclusão em seu início se deva a motivos de sobrevivência (pois os primeiros seres humanos viviam cercados de perigos, e travavam uma verdadeira batalha por alimentos etc., sendo assim, a presença de um deficiente traria sérios atrasos e impasses para o clã nascente), ou mesmo pelo simples fato do ser humano ter aversão a tudo que é diferente da maioria, buscando assim subjugar, inferiorizar e excluir o diferente. (SZASZ, 1971).

Amaral (1995, p.43), em seu livro conhecendo a deficiência, retrata o destino das pessoas com essa condição genética, ao apontar que:

As pessoas deficientes tinham, conforme o momento histórico e os valores vigentes, seu destino selado de forma inexorável: ora eram mortas, assim que percebidas como deficientes, ora eram simplesmente abandonadas à “sua sorte”, numa prática então eufemisticamente chamada de “exposição”.

A triste realidade que permeou a vida das pessoas com necessidades específicas perdurou durante toda a idade antiga e idade média de maneira totalmente extrema, pois durante este período estas pessoas chegaram a ser consideradas a escória da humanidade, quando não mortas, eram tratadas com violência, humilhação, obrigadas a trabalhos pesados e até mesmo sujeito a experiências científicas, como nos aponta dados históricos.

Com a chegada da idade média, a situação social da pessoa com deficiência não mudou muito, durante este período as formas de tratamento e a ideologia acerca das pessoas nestas condições genéticas foram praticamente às mesmas da antiguidade, o deficiente ainda era visto como um ser sujeito a ação do demônio, ou alguém que despertou a ira divina. Para se ter ideia, por muito tempo a Igreja Católica de acordo com o seu código canônico, proibia a aceitação de candidatos ao sacerdócio que tivessem alguma deformação física.

À luz da idade moderna, e logo depois a idade contemporânea, trouxe um novo olhar acerca dos deficientes, inaugurando assim um novo momento histórico para esses indivíduos. A pena de morte deixou de ser algo comum, e o abandono passou a não ocorrer com tanta frequência e leis de amparo a pessoa deficiente foram criadas, dentre diversas outras ações sociais de assistência. No entanto, embora se tenha observado grandes avanços neste cenário, o preconceito ainda continuou e continua impregnado na sociedade. (ALT, 2015).

De acordo com Rodrigues (2006, p.9):

A exclusão tornou-se uma espécie de epidemia do início deste século: assustadora como a peste, altamente contagiosa e de cura pouco provável. Esta “epidemia social” demonstra uma grande vitalidade e dinâmica e, devido ao rápido alastramento, tem sido tratada como uma das ameaças mais serias ao desenvolvimento das sociedades, em cujos objetivos cada vez mais se inclui a sua erradicação.

Podemos perceber, a partir da fala de Rodrigues que a exclusão tem se tornado uma verdadeira doença dentro de qualquer sociedade, independente de classe (embora os “pobres” são mais atingidos), sexo, religião, etnia e assim em diante. Sendo assim, nota-se que a exclusão é um fator marcante e de cunho social.

Segundo Rodrigues (2006, p.10) a exclusão é devida:

Provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa. Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes, seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência, de etnia etc. as “ideias feitas” da sociedade associam ao “diferente” uma situação de ameaça, e desenvolvem estratégias de identificação, circunscrição, banimento ou subalternização de numerosos grupos sociais.

Assim sendo, pode-se observar que a exclusão ocorre a partir de conceitos dominantes pré-estabelecidos na sociedade, que temendo a desconstrução de seus ideais acabam por marginalizar o diferente, imprimindo a estes uma posição subalterna em relação às ditas pessoas normais.

Atualmente no Brasil graças a Lei 7.853 de 1989, houve um grande avanço na forma de encarar e conceber o deficiente, assim como respeitá-lo e incluí-lo na sociedade como sujeito autônomo, crítico e participativo, possibilitando assim que indivíduos com deficiência física possam exercer sua cidadania, tais avanços se devem a políticas públicas que visam assegurar os direitos dessa população, de acordo com essa lei:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º - Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º - As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Artigo 2º - Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Assim sendo, a lei garante ao deficiente os mesmos direitos dos demais cidadãos do país. Dentre tais direitos podemos destacar o fator educação, isso significa que de acordo com a lei pessoas com deficiência ou não, possuem o direito de frequentar a escola regular.

ASPECTOS COGNITIVOS DOS DEFICIENTES FÍSICO, VISUAL E AUDITIVO, E PAPEL DO PROFESSOR ENQUANTO MEDIADOR DO CONHECIMENTO.

Se por um lado a legislação brasileira garante aos deficientes os mesmos direitos que os demais membros da sociedade, sendo um destes direitos à educação regular, é necessário saber se esses indivíduos são capazes de se desenvolverem em todos os seus aspectos, sejam eles cognitivos, sociais, culturais e físicos, quando expostos a uma educação pública regular e comum a todos os sujeitos da sociedade, sejam eles deficientes e não deficientes. Para isso, é necessário primeiramente buscar a definição do que é deficiência e seus aspectos importantes, lembrando que a temática deste estudo é o deficiente sensorial, em seus aspectos físicos, visuais e auditivos no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental numa perspectiva de inclusão, para que assim se possa fazer uma análise de como está ocorrendo o processo de inclusão nas escolas da rede pública do país.

Para Schirmer (2007, p.23):

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida.

Percebe-se então que a deficiência física se caracteriza pelo comprometimento do sistema locomotor, muscular ou nervoso da pessoa. Esse comprometimento pode ser decorrente

desde acidentes que possam levar o indivíduo a perder um de seus membros, doenças ou até mesmo devido má formação genética.

Em primeiro momento, e até mesmo de forma superficial, podemos apontar que a deficiência física não compromete o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, exemplo disso, é o número cada vez maior de deficientes nas universidades, e também atuando na sociedade em diferentes campos, como profissionais da saúde, da área jurídica e penal, entre diversos outros campos.

Ainda em relação à deficiência física, o decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, define que:

Art. 4º: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

A partir da citação do decreto federal, logo acima citado, é perceptível que a deficiência física, é uma alteração que não compromete o desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo, uma vez que, esse tipo de deficiência é uma alteração que compromete as funções físicas do sujeito, atingindo seus movimentos e funcionamento de seu sistema muscular e esquelético em geral. Deste modo, se desenvolvido um trabalho pedagógico e psicológico adequado, tanto crianças, quanto jovens e adultos possuem as mesmas condições de se desenvolverem que um indivíduo não deficiente.

Já em relação à deficiência visual, autores como Sá, Campos e Silva (2007, p.15) apontam que:

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira advéncia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdo cegueira) ou a outras deficiências.

Indubitavelmente, o deficiente visual é aquele que perdeu parte de sua visão, por decorrência de uma cegueira grave, ou a visão completa, em decorrência da cegueira total. Podendo esse indivíduo já nascer cego, por conta de complicações e má formação durante sua gestação, ou durante a infância, adolescência e vida adulta por meio de doenças ou acidentes. Ainda de acordo, com Sá, Campos e Silva (2007), a deficiência visual, não impede que o indivíduo cego possa desenvolver-se em todas as suas esferas, como qualquer outro indivíduo, pois pessoas que apresentam essas condições genéticas tem apenas sua visão comprometida, enquanto todos os outros sistemas e funções do organismo continuam a funcionar normalmente.

A capacidade cognitiva do deficiente visual não se diferencia de nenhum outro ser humano, pois como afirma Toledo (2009, p.8), a condição visual da criança ou do adolescente, não prejudica sua aprendizagem e conseqüentemente sua inteligência, podendo esta se desenvolver e aprender como qualquer outra criança dita “normal”, o que diferencia os processos de ensino e aprendizagem da criança deficiente e da não deficiente, são os métodos e técnicas utilizadas, pois para se chegar a um processo de aprendizagem significativa para com os deficientes visuais é necessário utilizar-se de recursos como o braille¹, e planos de aula adaptados a realidade da turma e das crianças com necessidades especiais.

É válido também abordar a deficiência auditiva, que se caracteriza como sendo a redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade, dependendo do nível da perda a pessoa não consegue se comunicar através da linguagem oral, e se faz necessário a utilização de recursos gestuais entre outros. No Brasil, um desses recursos que dispomos é a Libras², adotada em todo o território nacional como modalidade de comunicação. No país ainda hoje a expressão “surdo mudo” é bastante utilizada, embora esteja incorreta, pois nem todo surdo é mudo e vice versa.

De acordo com Gorgatti e Costa (2008, p. 39):

Em virtude da complexa estrutura do ouvido, podem ser várias as razões da perda auditiva. Basicamente, são classificadas como condutivas ou sensorio-neurais. A surdez condutiva é aquela que se reduz a intensidade do som alcançado pelo ouvido interno. O distúrbio causador da surdez condutiva localiza-se no ouvido externo ou médio e interfere na capacidade de condução do som. Uma perda sensorio-neural ou da percepção é causada por problemas do ouvido interno ou do nervo auditivo, que transmite o impulso ao cérebro; neste caso as implicações são mais complexas e podem afetar outras funções.

Como se sabe, as causas da perda de audição podem ser as mais variadas possíveis, e podem ocasionar complicações em diferentes níveis, algumas menos graves e outras que levam o deficiente a perda completa da audição e em muitos casos, essa perda é acompanhada do não desenvolvimento da fala, o que não significa que o indivíduo seja mudo.

Já em relação aos aspectos cognitivos, Brasil (2006) expõe que:

Desenvolver-se cognitivamente não depende exclusivamente do domínio de uma língua, mas dominar uma língua garante os melhores recursos para as cadeias neuronais envolvidas no desenvolvimento dos processos cognitivos.

Por esse motivo, a Libras exerce grande importância no processo de ensino e aprendizagem, além de ser um importante recurso de comunicação social.

Nessa perspectiva, os deficientes a depender de suas limitações, sejam elas a falta de locomoção ou de algum membro do corpo, a falta da visão ou da audição, acabam por criar barreiras ao processo de ensino e aprendizagem, pois suas limitações exigem uma adaptação

¹Sistema de escrita com pontos em relevo que as pessoas privadas da visão podem ler pelo tato e que lhes permite também escrever.

²A LIBRAS é uma das linguagens de sinais existentes no mundo inteiro para a comunicação entre surdos.

do plano de aula por parte do professor, para que o indivíduo com deficiência consiga desenvolver-se de forma igualitária, uma vez que, foi ofertado a ele condições para que isso acontecesse.

Supõe-se então, que o grande diferencial no ensino de deficientes são os métodos e técnicas utilizadas durante o processo educacional, pois a capacidade cognitiva destes se iguala a de qualquer outro indivíduo, o que vai propiciar o desenvolvimento dessas capacidades ou não é a maneira com que elas serão trabalhadas/ exercitadas dentro da sala de aula. Podemos dizer que o corpo humano é um organismo multifuncional e cheio de sensores que se interligam entre si, esse fato é muito importante, pois como se sabe o indivíduo pode aprender de diferentes maneiras, a visão, por exemplo, não é apenas o único caminho rumo à aprendizagem, temos que destacar a voz, a audição, o tato e assim em diante. O professor por sua vez, deve se utilizar destes diferentes meios de aprendizagem em sua ação pedagógica.

Segundo Luria (2001, p.34):

Diferentemente de muitos pesquisadores anteriores que estudavam a criança deficiente, Vigotski concentrou sua atenção nas habilidades que tais crianças possuíam habilidades estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integrais. Interessava-se mais por suas forças do que por suas deficiências.

O deficiente é capaz de desenvolver-se por conta das diversas habilidades que a criança, jovem ou adulto possui, por exemplo, como dito anteriormente o professor pode utilizar o tato e a fala no processo de ensino de crianças cegas, pois na falta de um dos sentidos, a pessoa tende a desenvolver os demais sentidos de seu corpo. Assim sendo, explorar esses sentidos é importante para o desenvolvimento da criança, nesse caso, recursos como o braille tornam-se instrumentos importantes para a absorção do conhecimento, permitindo ao cego ser alfabetizado e assim poder ler e escrever.

Do mesmo modo, ocorre com os deficientes auditivos, com os cadeirantes e assim por diante, é necessário uma adaptação metodológica na maneira de conduzir e preparar as aulas, pois dentro de sala de aula, a uma enorme gama de diferenças tanto físicas, quanto sociais. Ninguém é igual a ninguém, por esse motivo o professor deve ter em mente que dentro do espaço escolar existem diferentes maneiras de se aprender. Uns aprendem ouvindo, outros observando, já outros falando, sendo assim, negar e recusar-se a adaptar o plano de aula é restringir e criar barreiras à aprendizagem.

Vygotsky (1997, p.17) afirma que:

A peculiaridade positiva da criança deficiente não se deve, em primeiro término, ater ao fato de que nela desaparecem tais ou quais funções observáveis em uma criança normal, senão que o desaparecimento de funções faz nascer novas formações que representam em sua unidade a reação da personalidade ao defeito, a compensação no processo do desenvolvimento. A criança cega ou surda pode conseguir o mesmo desenvolvimento que o normal, porém as crianças com defeito conseguem de distintos modos, por um caminho diferente, com outros meios.

Reforça-se então, o que já foi dito anteriormente em relação à capacidade cognitiva das crianças deficientes sensoriais, pois como o próprio Vygotsky afirma, a falta de uma das funções, propicia o desenvolvimento das demais funções do corpo humano, tornando essas funções mais sensíveis ao ambiente que os cerca e conseqüentemente mais ativas. Suponhamos que um indivíduo comum escreva com sua mão direita, sendo destro ele nunca utilizou sua mão esquerda, está por sua vez não possui nenhuma habilidade com a escrita, certo dia este indivíduo caiu e quebrou sua mão direita tendo que engessar e assim permanecer durante seis meses, esse fato fez com que ele exercitasse sua mão esquerda, de pouco a pouco o indivíduo acabou desenvolvendo a habilidade da escrita na mão que até não possuía.

Nesse processo, o docente além de mediar o conhecimento, deve tornar a sala de aula um espaço inclusivo, harmonioso e acolhedor, para que não apenas os alunos deficientes, mas todo o corpo discente se sinta bem. De fato, o ambiente escolar, a utilização de metodologias adequadas, e ação do professor de maneira afetiva, ética e responsável são importantes elementos para o desenvolvimento intelectual, físico e social dos alunos deficientes.

Pois como os autores citados outrora apontam, o deficiente físico, auditivo e visual, possuem as mesmas capacidades de se desenvolverem cognitivamente, fisicamente e socialmente, assim como qualquer indivíduo não deficiente, exemplo, é o numero cada vez maior de indivíduos com necessidades especiais que estão se formando e atuando como médicos, advogados, engenheiros, professores; ganhando espaço no campo esportivo, como atletas medalhistas e campeões mundiais, entre tantos outros exemplos.

A ESCOLA, EDUCAÇÃO INFANTIL, O ENSINO FUNDAMENTAL: SERÁ QUE ESTÁ HAVENDO INCLUSÃO?

De acordo com dados estatísticos do Censo Escolar³ de 2014, quase 700 mil crianças e adolescentes com necessidades especiais estavam matriculadas em classes da educação regular, destas cerca de 90% na rede pública de ensino.

De acordo com os dados fornecidos por, Brasil (2015) indicam:

Crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns. [...]. Se considerarmos somente as escolas públicas, o percentual de inclusão sobe para 93% em classes comuns”, explicou a diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Martinha Clarete dos Santos.

É válido ressaltar, que estes números englobam tanto os deficientes sensoriais, quanto os mentais e indivíduos com síndromes variadas. No entanto, diante dos dados levantados logo acima o mais importante é analisar como está ocorrendo o processo de inclusão na escola regular, uma vez que incluir possui diferentes contextos.

³Pesquisa que tem por objetivo realizar um amplo levantamento sobre as escolas de educação básica no País. É o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro sobre as diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica e da Educação Profissional.

Segundo pesquisas, e tendo como base os estudos de Bueno (1993), embora se esteja cada vez mais incluindo os deficientes no espaço da escola regular, o que se constitui como um grande avanço, por outro lado, não está ocorrendo a verdadeira inclusão que é incluir o deficiente no espaço escolar e oferecer-lhe meios para que possa desenvolver-se cognitivamente, socialmente e fisicamente. Os motivos que levam a essa falsa inclusão dentro da escola são os mais diversos possíveis, desde ideologias preconceituosas enraizadas desde os primórdios da sociedade que tendem a classificar os deficientes como seres incapazes e inertes, seja pela falta de formação dos professores que acabam não sabendo lidar com o deficiente, seja por causa da falta de acompanhamento especializado que venha auxiliar os professores em sua prática, ou pelo simples descaso e má vontade de alguns docentes.

Dentre os diversos elementos para que a inclusão ocorra de fato, o primeiro passo é incluir como vem acontecendo o deficiente no espaço escolar, porém não da maneira que é feita atualmente, e sim de forma afetuosa, que passe para a criança ou o jovem que está sendo incluída a imagem de agradabilidade, harmonia e segurança, para que assim o indivíduo possa sentir o prazer de estar inserido naquele ambiente. Muitas vezes são efetuadas as matrículas dos indivíduos com necessidades especiais, no entanto, estes muitas vezes (quase sempre) são renegados aos guetos da sala de aula, em um estado de desprezo fazendo com que os alunos que apresentam certa deficiência sejam considerados um peso morto, e sejam tratados de maneira desigual, seja no que diz respeito aos conteúdos, a atenção dos docentes, e assim por diante.

De certo, o país já deu grandes avanços em relação a esse debate, embora haja muitos outros pontos ainda por resolver. Para Rodrigues (2006, p.66):

É crucial para a clareza do argumento a ser desenvolvido que, de início, esclareçamos que não partimos do já vulgarizado conceito de “escola inclusiva”, mas, antes, do de inclusão social. Em primeiro lugar, porque, como tem mostrado a investigação levada a cabo, sobretudo por sociólogos, a escola não surgiu, no seu desenvolvimento histórico, tão central como se supunha para o projeto de inclusão social. De fato, o paradigma sociocultural de modernidade atribuía à escola um papel central de combate à exclusão, concebendo-a como mecanismo social privilegiado para promover a mobilidade social dos indivíduos por meio de desenvolvimento destes. Todavia, como a origem da exclusão era perspectiva como sendo o produto das desigualdades econômicas, incluir, sob o ponto de vista da escola, era inevitavelmente “compensar” os handicaps socioculturais derivados do sistema de classe.

Diante deste cenário, a situação do deficiente perante a escola, perpassa as fronteiras de necessidades básicas e passa a ser considerada questão de justiça social. Sendo assim, Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2007, p.14) apontam que:

A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange a justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional.

É perceptível a partir da fala dos autores que uma escola que adote a inclusão, deve escolher por adotar práticas que se adequem a nova realidade que esta vivenciando, abrindo espaço

para uma mudança em suas práticas pedagógicas de modo a atender toda a sua clientela de maneira que os faça interagir ativamente com as propostas e objetivos da instituição.

Talvez seja esse o motivo do fracasso da inclusão nas escolas brasileiras, uma vez que a escola inclui o deficiente visual, mas apenas o faz em uma única dimensão desprezando a outra. Com base nisso Rodrigues (2006, p. 11) diz que:

Quando se fala inclusão, é importante distinguir duas dimensões que talvez tenham tempos de implementação e metodologias de atuação distintos: uma que chamaríamos de inclusão essencial, e outra inclusão eletiva.

Pode-se concluir então, que no sistema educacional brasileiro a maioria das escolas apenas pratica a dimensão essencial da inclusão, o que é apenas uma etapa para se alcançar a verdadeira inclusão.

De acordo com Rodrigues (2006, p.11) a inclusão essencial é:

A dimensão que assegura a todos os cidadãos de dada sociedade o acesso e a participação sem discriminação a todos os seus níveis e serviços. Assim, a inclusão essencial pressupõe que ninguém pode ser discriminado por causa de uma condição pessoal no acesso à educação, saúde, emprego, lazer, cultura etc. É uma questão que se prende com os direitos humanos e com uma aceção básica de justiça social.

Sendo assim, é perceptível que na maioria das escolas brasileiras o que acontece em sentido de inclusão é a chamada inclusão essencial, ou seja, a garantia do indivíduo usufruir de determinado direito que lhe é assegurado por lei. Porém este fato não garante a qualidade deste direito, assim sendo, o aluno é incluído no espaço físico da escola, no entanto, não lhe é trabalhado incluído no sistema metodológico da instituição.

Rodrigues (2006, p.11) aponta que:

O fato da sociedade assegurar a inclusão essencial não a autoriza colocar as pessoas em nichos ou em "guetos". Todos os membros de uma sociedade pertencem a vários grupos, sejam eles determinados por laços familiares, por interesses profissionais, econômicos, culturais ou afetivos. Frequentemente se procura atribuir um lugar fixo e relativamente inamovível as pessoas em "risco de exclusão". Por exemplo, as pessoas com deficiência podem ter acesso a dimensão essencial da inclusão, mas a partir daí são consideradas pertencentes ao grupo das pessoas com deficiência. Logo, sua participação noutros grupos que não o das pessoas com deficiência pode ser considerada desnecessária, estranha e mesmo inadequada. Por isso é necessário desenvolver a dimensão eletiva da inclusão. Esta dimensão assegura que, independentemente de qualquer condição, a pessoa tem o direito de se relacionar e interagir com os grupos sociais que bem entende em função dos seus interesses.

Mediante esse aspecto, pode-se destacar que ao se falar de inclusão no espaço escolar, em seu sentido mais amplo e significativo é necessário primeiramente traçar caminhos que permitam a união entre os aspectos essencial e eletivo, para que a partir dessa ação se possa não apenas introduzir o deficiente visual, ou qualquer outro, no espaço escolar, mas também que esse não fique subjugado à condição que possui, mas que este possa interagir com o contexto encontrado tanto nos aspectos sociais, afetivos e pedagógicos. Perante isso, Rodrigues (2006, p.12) afirma:

Essas duas dimensões de inclusão são complementares: a inclusão essencial é a base para que se possa falar numa real inclusão eletiva. Como se poderá optar verdadeiramente entre alternativas possíveis se as condições de acesso básico não estiverem resolvidas? Se a inclusão essencial não estiver resolvida, a opção possível é escolher o mal menor.

Em suma, para que a escola seja de fato um ambiente de inclusão é necessário unir tanto os aspectos físicos, quanto os aspectos metodológicos e didáticos. De acordo com Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2007, p.14) “Isso deve ser conseguido por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas dos alunos, que seja seguro, acolhedor e agradável”. Nota-se a importância de transformar o ambiente escolar, em um local propício para o acolhimento das diversidades, para que desta forma o aluno possa sentir-se à vontade para interagir com o meio no qual está inserido.

Nessa perspectiva, o espaço físico da escola deve dar lugar ao surgimento do espaço ambiente. De acordo com Lima (1989, p.30):

O espaço físico isolado do ambiente só existe na cabeça dos adultos para medi-lo, para vendê-lo, para guardá-lo. Para a criança, existe o espaço-alegria, o espaço medo, o espaço-proteção, o espaço mistério, o espaço descoberto, enfim, os espaços de liberdade ou opressão.

Ainda corroborando com essa linha de pensamento, Lima (1995, p.187) afirma:

Para qualquer ser vivo, o espaço é vital, não apenas para a sobrevivência, mas, sobretudo para seu desenvolvimento. Para o ser humano, o espaço, além de ser um elemento potencialmente mensurável, é o lugar de reconhecimento entre si e dos outros, porque é no espaço que ele se movimenta, realiza atividades, estabelece relações sociais.

Inegavelmente proporcionar um ambiente agradável, acolhedor e estruturado é o primeiro passo para que aconteça a inclusão de fato, no entanto, para que aja a verdadeira inclusão é necessário, além disso, reformular os métodos e técnicas pedagógicos, para que assim o objetivo real da inclusão escolar possa ser atingido. O segundo elemento de grande importância para que haja a inclusão na escola de fato, é a formação e capacitação dos professores para que eles saibam lidar com esse desafio. Embora muitos tenham recebido orientações acerca da inclusão durante sua formação acadêmica, e alguns cursos oferecidos pelas secretarias de educação, ainda há a necessidade de uma capacitação mais abrangente.

Para Alves (2009, p.45):

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

Vale ressaltar mais uma vez o papel do professor para a concretização da inclusão no âmbito escolar, uma vez que, muitas vezes faltaram recursos financeiros para a compra de materiais didáticos específicos como, por exemplo, uma máquina de digitação em braille, ou qualquer

outro material que venha auxiliar o professor; de certo, também nem todo professor terá um auxiliar especializado para ajudá-lo lidar com o deficiente, o que dificultará muito seu trabalho em reflexo das salas de aula superlotadas e com alunos muitas vezes indisciplinados. Porém, o professor ciente de seu trabalho, que desempenhe sua função com comprometimento e responsabilidade, tem em suas mãos a chave para o sucesso. Uma vez que, ele possa fazer de seu ato pedagógico, um ato investigativo e pesquisador, procurando entender a realidade do seu aluno “especial”, buscando mecanismos que possa utilizar no processo de ensino e aprendizagem desse aluno.

Em relação à responsabilidade e comprometimento do professor, Freire (2007, p.102) diz que:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do homem ou da humanidade, frase de uma vaguidade demasiada contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou classes sociais[...].

O professor não deve ser inerte, este deve travar uma luta constantemente contra a discriminação, esse sujeito deve ser um profissional que priorize a justiça e a igualdade, tornando-se peça fundamental para a concretização da inclusão do deficiente na escola, pois se por um lado a lei garante a inclusão essencial, é através da ação e do trabalho do professor que a inclusão efetiva ocorrerá, e isso se dará através da afetividade, das novas metodologias e estratégias utilizadas pelo docente.

Para Rodrigues (2006, p.288):

O combate à exclusão na escola exige não só novos modos de regulação, mas também novas formas de organização. O desafio que se coloca hoje no combate a segregação e a exclusão é a criação de “espaços de recuperação da solidariedade perdida”.

Assim sendo, a inclusão no espaço escolar deve acontecer de maneira real, unindo dois aspectos importantes da inclusão, para que dessa maneira o deficiente possa desenvolver-se de maneira integral, tornando possível a concretização dos objetivos esperados para o processo de ensino e aprendizagem, neste sentido, o trabalho com a inclusão na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental é de grande importância, pois estas etapas são o início da vida escolar, e constituem-se como importantes momentos de desenvolvimento por apresentar às crianças elementos, conteúdos e vivências que serão de grande importância para a continuação de seus estudos. É nessa etapa que, por exemplo, o indivíduo tem seu primeiro contato com o ambiente escolar, com os conteúdos programáticos, com a rotina, é alfabetizado e assim por diante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar é amar o que faz, é estar em meio a um oceano de diferenças e peculiaridades próprias de quem está sendo educado. Educar é ensinar, é transmitir saberes e conteúdos

importantes para o indivíduo enquanto sujeito social, mais do que isso o ato educativo reveste-se da quebra de preconceitos e ignorâncias enraizadas na sociedade, é descobrir o novo e respeitar as diferenças. Nesse processo, a escola assume um papel importantíssimo, assim como cada professor, enquanto formador de opinião. Diante desse contexto, nota-se avanços em relação à inclusão no espaço escolar, porém esta inclusão abrange apenas o aspecto essencial, no que diz respeito a introduzir o deficiente no espaço físico comum a todos, mas a inclusão eletiva acaba não ocorrendo.

Embora venha ocorrendo um número muito grande de matrículas de alunos deficientes no ensino regular há muito ainda por fazer, é necessário aos professores capacitação e boa vontade para lidar com o diferente. É preciso uma adaptação metodológica e física para que o papel da escola se cumpra que seja formar o indivíduo em todas as suas esferas, e assim possa ocorrer a inclusão eletiva, ou seja, aquela que garante e assegura ao deficiente a qualidade no ensino, que oferta a esse sujeito um planejamento adaptado as suas necessidades, permitindo a ele desenvolver-se tanto cognitivamente, quanto socialmente e fisicamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, Wak editora, 2009.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

ALT, Vivian. **Como o preconceito exclui pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://politike.cartacapital.com.br/a-maldicao-do-preconceito-as-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 18 de abril. 2016.

BÍBLIA, V.T. Levítico. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução: CNBB. São Paulo: Canção Nova, 2007.

BRASIL, Portal do Brasil. **Dados do Censo escolar indicam o aumento de matrícula de alunos com deficiência**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculadas-de-alunos-com-deficiencia>>. Acesso em: 07 de jun. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial. **educação infantil**: Saberes e Práticas da Inclusão, Dificuldades de comunicação e sinalização, Surdez. Portal MEC, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. 2016.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto**

nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 06 de jun. 2016.

BRASIL. Presidência da república. **Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Disponível em:
<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/deflei7853.htm>>
. Acesso em: 20 de abr. 2016.

BUENO JGS. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente**. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6º Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

LIMA, Elvira de SOUZA. **Como a criança pequena se desenvolve**. São Paulo: sobradinho, 2001.

LIMA, M.W.S. **Arquitetura e educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

LURIA, A.R.; VIGOTSKI, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001.

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar. **Caminhos para a inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado: Deficiência visual**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf>Acesso em: 21 de abr.2016.

SILVA, Otto Marques. **A epopeia ignorada: A pessoa deficiente na História do mundo de ontem e hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SCHIRMER, C. R. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SZASZ, Thomas. **A fabricação da loucura: tradução Dante Moreira Leite**. 3º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1971.

TOLEDO, Caroline Emilia de. **Deficiência visual no Ensino Fundamental**. Disponível em:
<<http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC36940888810.pdf>>
Acesso em: 15 de abr.2016

VYGOTSKY, L. **Fundamentos de defectologia**. In: Vygotsky. Obras escogidas. Madri: Visor, 1997.